

**CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE  
ARCOZELO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	9
5	Ativos Intangíveis .....	10
6	Investimentos Financeiros .....	10
7	Inventários .....	10
8	Rendimentos e gastos .....	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
10	Benefícios dos empregados .....	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	12
12	Outras divulgações .....	12
12.1	Créditos a receber .....	12
12.2	Outros ativos correntes .....	13
12.3	Diferimentos .....	13
12.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
12.5	Fundos Patrimoniais .....	14
12.6	Fornecedores .....	14
12.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	14
12.8	Outros passivos correntes .....	14
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
12.10	Fornecimentos e serviços externos .....	15
12.11	Outros rendimentos .....	15
12.12	Outros gastos .....	15
12.13	Resultados Financeiros .....	16
12.14	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	16
12.15	Aumentos / reduções de justo valor .....	16
12.16	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	16

## **1 Identificação da Entidade**

---

O CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE ARCOZELO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº109 de 12 de Maio de 2003 e com registo definitivo de alteração dos Estatutos da Instituição de acordo com a portaria 139/2007, de 29 de janeiro, publicado no Portal da Justiça em 30/11/2016.

Tem sede na Avenida da Igreja, 279-281, Arcozele, Vila Nova de Gaia.

Desenvolve como atividade principal a ação social. Secundariamente, desenvolve atividades de carácter desportivo, cultural e recreativo.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

**3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

**3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

Os elementos de reduzido valor são amortizados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do

trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

Os restantes investimentos estão valorizados ao custo histórico, com os respetivos ajustamentos de modo a refletir o justo valor.

#### **3.2.4 Inventários**

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

#### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

##### Créditos a receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontrem reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juízo efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



### 3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	31-12-2018
Terrenos e Recursos Naturais	9 667,94			9 667,94
Edifícios e Outras Construções	29 003,80			29 003,80
Equipamento Básico	56 082,96	861,18		56 944,14
Equipamento de Transporte	94 593,74	18 676,50	5 250,00	108 020,24
Equipamento Administrativo	20 509,70			20 509,70
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 988,50			1 988,50
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>211 846,64</b>	<b>19 537,68</b>	<b>5 250,00</b>	<b>226 134,32</b>
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	6 380,88	580,08		6 960,96
Equipamento Básico	48 420,90	3 460,07		51 880,97
Equipamento de Transporte	79 143,98	5 990,20	5 250,00	79 884,18
Equipamento Administrativo	19 797,33	284,95		20 082,28
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 988,50			1 988,50
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>155 731,59</b>	<b>10 315,30</b>	<b>5 250,00</b>	<b>160 796,89</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>56 115,05</b>	<b>9 222,38</b>	<b>0,00</b>	<b>65 337,43</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	31-12-2017
Programas de Computador	5 860,66	0,00	0,00	5 860,66
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>5 860,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 860,66</b>
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	5 860,66	0,00	0,00	5 860,66
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>5 860,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 860,66</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 6 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
Obrigações do Tesouro	41 614,00	41 634,00
FCT	860,35	559,29
<b>Total</b>	<b>42 474,35</b>	<b>42 193,29</b>

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	908,10	130,94
<b>Total</b>	<b>908,10</b>	<b>130,94</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	130,94	162,73
Compras	4 329,04	1 600,04
Regularização Inventários	807,14	2 508,76
Saldo Final	908,10	130,94
<b>Gastos do Período</b>	<b>4 359,02</b>	<b>4 140,59</b>

## 8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>240 676,12</b>	<b>232 408,63</b>
Quotas do Utilizadores	214 302,77	218 062,03
Quotas e Joias	14 676,00	12 780,00
Serviços Sociais	11 697,35	1 566,60
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>17 682,12</b>	<b>22 321,76</b>
Festas e Subscrições	0,00	1 420,00
Subsídio Alimentação espécie	15 671,22	13 360,76
Outros	2 010,90	7 541,00
<b>Juros</b>	<b>36,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>258 394,24</b>	<b>254 730,39</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2018		2017	
		Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados	Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável	0,00	216 774,93	0,00	217 091,41
C. Municipal de Gaia	Não Reembolsável	17 208,33	291,67	0,00	20 000,00
I.E.F.P	Não Reembolsável	0,00	5 073,23	0,00	4 199,36
J. Freguesia de Arcozelo	Não Reembolsável	7 786,06	3 118,59	10 904,65	2 595,35
<b>Total</b>		<b>24 994,39</b>	<b>225 258,42</b>	<b>10 904,65</b>	<b>243 886,12</b>

## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos é de 7 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da instituição durante o exercício de 2018 e 2017 foi de 26.

A Instituição contou ao seu serviço com um colaborador ao abrigo de programa estágio protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	263 605,20	241 889,33
Indemnizações	0	335,13
Encargos sobre as Remunerações	55 280,60	49 419,99
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 653,48	2 339,69
Outros Gastos com o Pessoal	1 551,50	2201,25
IEFP (Estágio)	2 399,65	5 792,42
<b>Total</b>	<b>326 490,43</b>	<b>301 977,81</b>

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	32 019,61	21 794,45
<b>Total</b>	<b>32 019,61</b>	<b>21 794,45</b>

## 12.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
<b>Outros ativos correntes</b>		
Fornecedores (saldo devedor)	200,00	90,00
Pessoal (saldo devedor)	87,13	0,00
Outros devedores por acréscimos	0,00	0,00
IEFP	990,76	4 133,74
Outros devedores	0,00	1 485,81
<b>Total</b>	<b>1 277,89</b>	<b>5 709,55</b>

## 12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguro Acidentes Trabalho		64,26
Seguros Outros	1 898,14	1 647,56
Outros	1 073,77	953,09
<b>Total</b>	<b>2 971,91</b>	<b>2 664,91</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Antecipação quotas	20,00	0,00
Subsídios - M. V.N. Gaia	5 000,00	0,00
IEFP	353,84	1 705,99
Antecipação hidroginástica	1 150,00	1 100,00
<b>Total</b>	<b>6 523,84</b>	<b>2 805,99</b>

## 12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	1 507,84	387,66
Depósitos à Ordem	19 287,17	35 175,54
Outros Depósitos Bancários	48 540,00	37 420,00
<b>Total</b>	<b>69 335,01</b>	<b>72 983,20</b>

## 12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	118 629,53			118 629,53
Resultados Transitados	-41 918,41	17709,28		-24 209,13
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	49 576,39	17 500,00	3 410,26	63 666,13
<b>Total</b>	<b>126 287,51</b>	<b>35 209,28</b>	<b>3 410,26</b>	<b>158 086,53</b>

## 12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Fornecedores c/c</b>		
Fornecedores	7 265,03	14 989,83
<b>Total</b>	<b>7 265,03</b>	<b>14 989,83</b>

## 12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
IVA - A Recuperar	6 943,20	5 054,69
<b>Total</b>	<b>6 943,20</b>	<b>5 054,69</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 428,00	1 105,05
Segurança Social	6 701,50	5 933,14
Outras Tributaçãoes - Fundos	47,56	42,42
<b>Total</b>	<b>8 177,06</b>	<b>7 080,61</b>

## 12.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>		
Remunerações a Liquidar	40 267,79	42 216,03
Outros	425,55	562,33
<b>Outros Credores</b>	<b>741,78</b>	<b>945,50</b>
<b>Total</b>	<b>41 435,12</b>	<b>43 723,86</b>

## 12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	221 848,16	241 290,77
Doações e heranças	4 943,14	11 108,45
<b>Total</b>	<b>226 791,30</b>	<b>252 399,22</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

O valor registado na rubrica “doações e heranças” corresponde a 4943,14 euros em donativos monetários.

### 12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	63 349,40	70 595,33
Serviços especializados	20 430,37	45 337,69
Materiais	3 090,75	4 155,65
Energia e fluidos	20 667,07	19 366,25
Deslocações, estadas e transportes	34,80	827,80
Serviços diversos	31 557,71	33 578,73
Encargos com os Utentes	2 245,71	915,81
<b>Total</b>	<b>141 375,81</b>	<b>174 777,26</b>

### 12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	8 961,00
Rendimentos ativos financeiros	610,90	193,17
Rendimentos ativos não financeiros	1 400,00	0,00
Outros Rendimentos (inclui juros de depósitos)	19 117,48	16 851,33
<b>Total</b>	<b>21 128,38</b>	<b>26 005,50</b>

### 12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	204,00	37,78
Dívidas incobráveis (associados)	3 035,00	0,00
Outros Gastos	579,32	1 121,42
<b>Total</b>	<b>3 818,32</b>	<b>1 159,20</b>

**12.13 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros Suportados	0,00	5,17
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>5,17</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos (de depósitos)	36,00	0,00
<b>Total</b>	<b>36,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>36,00</b>	<b>-5,17</b>

**12.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Quotas	2 437,00	5 951,00
<b>Total</b>	<b>2 437,00</b>	<b>5 951,00</b>

**12.15 Aumentos / reduções de justo valor**

A Entidade reconheceu em 2018 e 2017 ganhos/perdas por aumento/diminuição do “justo valor”:

Descrição	2018	2017
<b>Aumentos</b>		
Em Investimentos financeiros	0,00	1 784,00
<b>Diminuições</b>		
Em Investimentos financeiros	20,00	150,00
<b>Saldo</b>	<b>-20,00</b>	<b>1 634,00</b>

**12.16 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

Além do edifício arrendado, onde está instalado a valência de Lar, a instituição desenvolve a sua atividade num edifício cedido pela Junta de Freguesia de Arcozelo.

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

ERPI: **10** ; Centro de Dia: **35** ; Centro de Convívio: **12**; Serviço de Apoio Domiciliário: **30**

Em 2018 a instituição teve **587** associados ativos.



### **12.19 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Arcozelo, 13 de Março de 2019

ORIGINAL ASSINADO PELA DIREÇÃO E PELO CC.